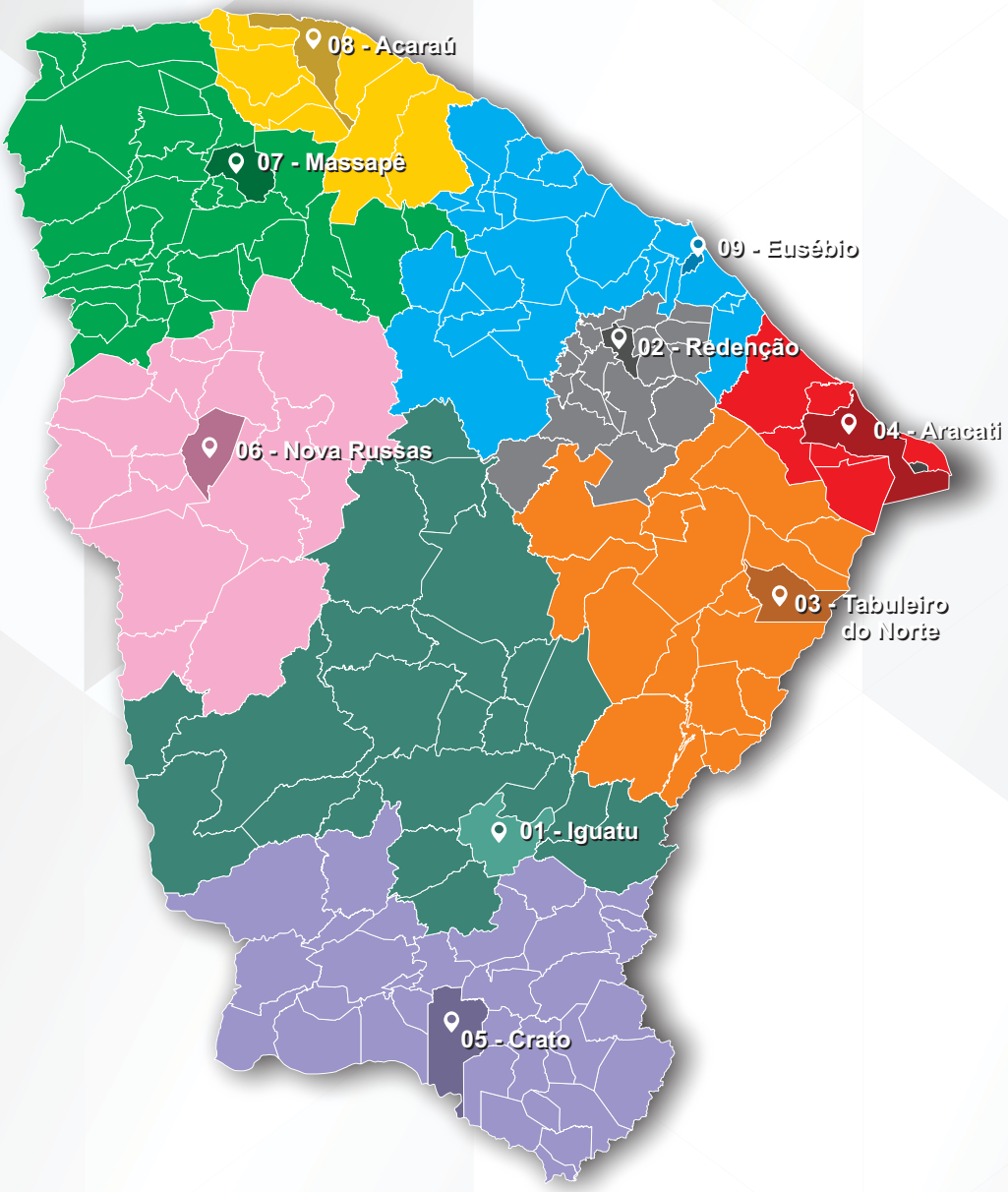
O TCE CEARÁ NO SEU MUNICÍPIO

TCEduc

PROGRAMAÇÃO 2022



Parceria

Realização

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ

CONFIRA SEDE, DATA E MUNICÍPIOS DA SUA REGIÃO

SEDE - 01 | IGUATU | MARÇO

- ACOPIARA
- ARNEIROZ
- BOA VIAGEM
- CARIÚS
- CATARINA
- DEP. IRAPUAN PINHEIRO
- ICÓ
- ITATIRA
- JUCÁS
- MADALENA
- MILHÃ
- MOMBAÇA
- ORÓS
- PARAMBU
- PEDRA BRANCA
- PIQUET CARNEIRO
- QUITERIANÓPOLIS
- QUIXELÔ
- QUIXERAMOBIM
- SENADOR POMPEU
- SOLONÓPOLE
- TAUÁ

SEDE - 02 | REDENÇÃO | MARÇO

- ACARAPE
- ARACOIABA
- ARATUBA
- BARREIRA
- BATURITÉ
- CAPISTRANO
- CHORÓ
- CHOROZINHO
- GUAIÚBA
- GUARAMIRANGA
- HORIZONTE
- IBARETAMA
- ITAPIÚNA
- MULUNGU
- OCARA
- PACAJUS
- PACOTI
- PALMÁCIA

SEDE - 03 | TABULEIRO DO NORTE | ABRIL

- ALTO SANTO
- BANABUIÚ
- ERERÊ
- IBICUITINGA
- IRACEMA
- JAGUARETAMA
- JAGUARIBE
- RUSSAS
- MORADA NOVA
- NOVA JAGUARIBARA
- PEREIRO
- POTIRETAMA
- QUIXADÁ
- QUIXERÉ
- SÃO JOÃO DO JAGUARIBE
- LIMOEIRO DO NORTE

SEDE - 04 | ARACATI | ABRIL

- BEBERIBE
- FORTIM
- ICAPUÍ
- ITAIÇABA
- JAGUARUANA
- PALHANO

SEDE - 05 | CRATO | MAIO

- ABAIARA
- AIUABA
- ALTANEIRA
- ANTONINA DO NORTE
- ARARIPE
- ASSARÉ
- AURORA
- BAIXIO
- BARBALHA
- BARRO
- BREJO SANTO
- CAMPOS SALES
- CARIRIAÇU
- CEDRO
- FARIAS BRITO
- GRANJEIRO
- IPAUMIRIM
- JARDIM
- JATI
- JUAZEIRO DO NORTE
- LAVRAS DA MANGABEIRA
- MAURITI
- MILAGRES
- MISSÃO VELHA
- NOVA OLINDA
- PENAFORTE
- PORTEIRAS
- POTENGI
- SABOEIRO
- SALITRE
- SANTANA DO CARIRI
- TARRAFAS
- UMARI
- VÁRZEA ALEGRE

SEDE - 06 | NOVA RUSSAS | MAIO

- ARARENDÁ
- CATUNDA
- CRATEÚS
- CROATÁ
- HIDROLÂNDIA
- INDEPENDÊNCIA
- IPAPORANGA
- IPU
- IPUEIRAS
- MONSENHOR TABOSA
- NOVO ORIENTE
- PIRES FERREIRA
- PORANGA
- SANTA QUITÉRIA
- TAMBORIL
- VARJOTA

SEDE - 07 | MASSAPÊ | JUNHO

- ALCÂNTARAS
- BARROQUINHA
- CAMOCIM
- CARIRÉ
- CARNAUBAL
- CHAVAL
- COREAÚ
- FORQUILHA
- FRECHEIRINHA
- GRAÇA
- GRANJA
- GROAÍRAS
- GUARACIABA DO NORTE
- IBIAPINA
- IRAUÇUBA
- ITAPAJÉ
- MARTINÓPOLE
- MERUOCA
- MORAÚJO
- MUCAMBO
- PACUJÁ
- RERIUTABA
- SANTANA DO ACARAÚ
- SÃO BENEDITO
- SENADOR SÁ
- SOBRAL
- TIANGUÁ
- UBAJARA
- URUOCA
- VIÇOSA DO CEARÁ

SEDE - 08 | ACARAÚ | JUNHO

- AMONTADA
- BELA CRUZ
- CRUZ
- ITAPIPOCA
- ITAREMA
- MARCO
- MIRAÍMA
- MORRINHOS
- TURURU
- URUBURETAMA
- JIJOCA DE JERICOACOARA

SEDE - 09 | EUSÉBIO | JULHO

- APUIARÉS
- AQUIRAZ
- CANINDÉ
- CARIDADE
- CASCAVEL
- CAUCAIA
- FORTALEZA
- GENERAL SAMPAIO
- ITAITINGA
- MARACANAÚ
- MARANGUAPE
- PACATUBA
- PARACURU
- PARAIPABA
- PARAMOTI
- PENTESCOSTE
- PINDORETAMA
- SÃO GONÇALO DO AMARANTE
- SÃO LUÍS DO CURU
- TEJUÇUOCA
- TRAIRI
- UMIRIM

Informações e Inscrições

http://www.ipc.tce.ce.gov.br
Rua Sena Madureira, 1047 - Centro
CEP:60.055-080 - Fortaleza - CE
(85) 3488-4855
/institutoplacidocastelo

O TCE CEARÁ NO SEU MUNICÍPIO

TCEduc

TCEduc 2022

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

EIXO: CONSTRUINDO A GOVERNANÇA PÚBLICA NO ÂMBITO MUNICIPAL

1. CONCEITO DE GOVERNANÇA
2. ACEPÇÕES DE GOVERNANÇA: CORPORATIVA, PÚBLICA E POLÍTICO-INSTITUCIONAL
3. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DE CADA SENTIDO
4. GOVERNANÇA PÚBLICA COMO REFLEXO DA CORPORATIVA
5. GOVERNANÇA PÚBLICA COMO NOVO PARADIGMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
6. GOVERNABILIDADE: CONCEITO
7. GOVERNANÇA x GOVERNABILIDADE x *ACCOUNTABILITY*
8. SECGOV: O *CASE* DO TCE CEARÁ
9. DICAS PARA IMPLANTAÇÃO DA GOVERNANÇA NO ÂMBITO MUNICIPAL

EIXO: NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (LEI 14.133/21): APLICAÇÃO PRÁTICA

1. LICITAÇÕES

- Vigência da Lei 14.133/21 e regras transitórias;
- Implantação – planejamento e análise de possibilidades;
- Regulamentos de dispositivos necessários para a aplicação da Nova Lei;
- Os agentes de contratação e seus papéis;
- Modalidades de Licitação – o que mudou;
- Procedimentos auxiliares;
- Contratação Direta;

2.CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

- Principais mudanças nos contratos administrativos trazidas pela nova Lei de Licitações;
- Impacto das fases de planejamento da contratação e seleção do fornecedor nos contratos administrativos;
- O que muda no recebimento do objeto e procedimentos de pagamento;
- A fiscalização dos contratos administrativos, sob o enfoque da nova Lei.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO TCEduc 2022

EIXO: LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E LEI DO GOVERNO DIGITAL: IMPACTOS NOS MUNICÍPIOS

1. INTRODUÇÃO
2. CRONOLOGIA ATÉ A LGPD
3. LGPD E A QUEM SE APLICA
4. O QUE SÃO DADOS PESSOAIS
5. QUAIS SÃO OS PRINCÍPIOS
6. QUEM SÃO OS SUJEITOS
7. DIREITOS DOS TITULARES
8. BASES LEGAIS
9. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DENTRO DO CONTEXTO DA LGPD
10. COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS
11. DIVULGAÇÃO DE DADOS PESSOAIS
12. DIAGNÓSTICO
13. INVENTÁRIO DE DADOS

EIXO: A OUVIDORIA TRANSVERSAL E O SEU PODER DE INFLUÊNCIA NAS ORGANIZAÇÕES

1. **OUVIDORIAS COMO INSTRUMENTO DE FOMENTO AO CONTROLE SOCIAL:** A forma de se desenvolver os serviços de Ouvidoria. A humanização no serviço público e o papel da Ouvidoria. Como identificar os clientes internos e externos; Por que as ouvidorias precisam ter olhar diferenciado junto ao usuário. Importância de entregas com qualidade e de forma conclusiva. Serviços que são prestados somente pela organização pública. Valor público ao produto entregue ao cliente e usuário.

2. **O PAPEL DAS OUVIDORIAS NO ÂMBITO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL:** Como as ouvidorias se inserem no contexto do serviço público. Qual a importância de se criar a Ouvidoria no âmbito do município. Formas de criação: instrumento legal. Estruturação da unidade e atributos mínimos para a equipe de trabalho. Importância de uma interlocução clara, simples e compreensível: Utilização da Linguagem Cidadã.

3. **OUVIDORIAS COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO INDO AO ENCONTRO DA LEI 13.460/2017:** Como explorar os serviços da Ouvidoria em proveito da boa gestão municipal. Ouvidoria como ferramenta de gestão. Apropriando-se das prerrogativas da Lei de Participação, Proteção e defesa do Usuário no sentido de propor melhoria de procedimentos nos ambientes internos das organizações. Relatório de gestão como instrumento para sedimentar as recomendações às unidades internas.

4. **A SENSIBILIZAÇÃO INTERNA E EXTERNA PARA ASSEGURAR A EFETIVIDADE AOS SERVIÇOS DAS OUVIDORIAS:** A relação harmoniosa com as áreas internas. Subsídios e insumos recepcionados das áreas para repositório da própria Ouvidoria. Banco de Dados com respostas estruturadas. Conhecimento sistêmico da organização para efeito de encaminhamentos e otimização nas devolutivas. A relação providencial da Ouvidoria com a assessoria de comunicação.

EIXO: FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - O PAPEL DO VEREADOR

1. **DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A LEGISLAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ:** LEI Nº 12.509, de 06 de dezembro de 1995. Resolução Nº. 835 de 03 de abril de 2007. Pontos de Resoluções Administrativas de interesse para os Vereadores.
2. **ASPECTOS RELEVANTES DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E ORÇAMENTÁRIA:** Conceito relacionado ao Regimento das Câmaras Municipais, PPA, LDO e LOA. Características. Datas e atos que merecem atenção dos Vereadores.
3. **ATENÇÃO QUE MERECE TER O VEREADOR COM PESSOAL, BENS E PATRIMÔNIO PÚBLICOS DA GESTÃO PÚBLICA:** Bens Imóveis. Bens móveis. Pessoal.
4. **ATENÇÃO E CUIDADO QUE MERECE TER O VEREADOR COM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS/CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES:** Celebração. Aditamento. Pagamento. Representação e/ou Denúncia.
5. **DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS NO ENCERRAMENTO DE GESTÃO:** Importância do encerramento de atividades de todos gestores precários: Atos administrativos, prestação de contas, relatórios de transição e entrega de gestão.
6. **BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO PÚBLICA E MUDANÇA DE GESTÃO.**